

Operação Ibiaçá

Aldana e mais 14 são denunciados por fraudes na Prefeitura

Ministério Público pediu o bloqueio de R\$ 13 milhões dos envolvidos

MONTENEGRO – O Ministério Público apresentou denúncia contra 15 acusados de envolvimento em fraudes na Prefeitura de Montenegro. Entre os denunciados está o ex-prefeito Luiz Américo Alves Aldana. Eleito prefeito em 2016, no ano passado ele foi afastado do cargo pela Justiça e em setembro teve seu mandato cassado pela Câmara de Vereadores através de um processo de impeachment.

Além de Aldana, outras 14 pessoas, entre ex-secretários, diretores, servidores e empresários, também foram denunciadas por participarem do que os promotores de justiça chamam de organização criminosa que teria lesado os cofres em licitações, como do transporte escolar e de obras. Mas as investigações iniciaram a partir da suspeita de irregularidades em licenças ambientais. Com o desenrolar da Operação Ibiaçá, desencadeada em julho do ano passado, outras fraudes teriam sido descobertas.

Segundo a investigação, os denunciados teriam cometido desvios sucessivos de rendas do erário municipal, além de dispensas indevidas e fraudes em licitações e contratos referentes ao transporte escolar e a obras de infraestrutura, beneficiando sempre as empresas dos envolvidos no esquema.

Luiz Américo Alves Aldana também está denunciado, juntamente com um grupo de outras dez pessoas, por dispensa ilegal de licitação e por peculato. Durante a investigação, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público, juntamente com a Procuradoria de Prefeitos e a Promotoria de Justiça de Montenegro, identificaram provas de desvio de verbas públicas, autorizando e promovendo pagamentos sucessivos com substancial sobrepreço, favorecendo empresas de transportes de propriedade de empresários também denunciados, suspensão irregular de processos licitatórios

e contratação emergencial de empresas favorecidas.

Um empresário do ramo da construção civil e um servidor da prefeitura (atualmente desligado do serviço público municipal) também foram denunciados por corrupção ativa. Segundo a investigação, o empresário repassava ao então servidor quantias equivalentes a 5% dos valores de dispensas de licitações, contratos, aditivos e empenhos (de ressarcimento por obras efetivadas sem prévia celebração de contratos) firmados e expedidos pelo Poder Executivo de Montenegro em prol da construtora.

O Ministério Público também entrou com pedido de medidas cautelares, entre elas, suspen-



Luiz Américo Alves Aldana foi afastado do cargo pela Justiça e depois cassado em impeachment na Câmara de Vereadores

são do exercício de atividade de natureza profissional em relação ao servidor e suspensão do exercício de atividade de natureza econômica em relação às empresas do denunciado além de obter na Justiça o bloqueio de R\$ 13 milhões em bens dos denunciados e das empresas envolvidas.

Os acusados

Além do ex-prefeito Aldana, entre os denunciados aparecem o empresário José Valmir Silveira D'Ávila e a funcionária Camila Dutra Bueno, da empresa JLV. Valmir chegou a ser preso em agosto do ano passado, mas deixou em presídio no final de 2017. Também são citados a ex-procuradora do

município Juliana Steigleder Becker, o ex-secretário de gestão Evandro Machado da Silveira, o ex-chefe de gabinete e ex-secretário Valter Robalo, os empresários Leandro Pinto, Ricardo Schütz e Valdoir da Silva, o engenheiro Ricardo de Albuquerque Mello; ex-gerente de projetos Gilson Hartmann e mais Ana Júlia Rodrigues, Cintia Martins de Oliveira, Jair Kovalksi Fortes e Ednilson Alves.

De acordo com o promotor de justiça Heitor Stolf Júnior, entre as principais acusações estão formação de organização criminosa, com pena a partir de 3 anos de prisão; mais peculato (2 a 12 anos) e fraudes licitatórias (a partir de 3 anos). Conforme o promotor,

os acusados podem responder por um ou mais crimes, individualmente. "São crimes contra a administração pública", destaca, citando que além das penas, também foi solicitado o ressarcimento dos prejuízos para os cofres públicos, valor que foi calculado em R\$ 13 milhões. Destes, R\$ 2,5 milhões em dinheiro já estariam apreendidos. O pagamento do ressarcimento deve ocorrer de acordo com a participação de cada um no esquema. "A soma total dos prejuízos depende do cálculo do Tribunal de Contas do Estado", declara o promotor, salientando que as investigações continuam. A análise das denúncias agora cabe ao Judiciário. O doutor Heitor diz que não foi solicitada a prisão de nenhum dos acusados. "Neste momento não vemos motivos para isso", justifica, lembrando que será dado amplo direito a defesa.

Advogado de Aldana diz que denúncia é infundada

O ex-prefeito Luiz Américo Alves Aldana informou que ainda não foi citado. "Esses assuntos são tratados por advogados. Falo perante a autoridade do Judiciário", declarou. Conforme o advogado de defesa do ex-prefeito, doutor Francisco Simões, foi solicitada um pedido de reconsideração quando Aldana foi afastado da Prefeitura pela Justiça. E também se busca anular o processo de impeachment. Os recursos ainda devem ser julgados. "Não tenho a menor dúvida de que a denúncia é infundada. São acusações vagas", entende. "Não tem nem processo formado. O prefeito Aldana nem foi notificado", completa. Para o advogado, não tem nada de ilegais nos procedimentos do ex-prefeito. "As denúncias não possuem consistência. Estão desprovidas de provas", considera. Para Francisco Simões, o processo ainda vai se alongar, já que será dado prazo para a manifestação da defesa e então a Justiça vai decidir se terá prosseguimento. Por isso não tem previsão para o julgamento e a sentença.

guilherme.fatonovo@gmail.com